PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.845.545/0001-06
AVENIDA BRASIL, 188 - FONE/FAX (0**43) 3625-1000 - CEP 86640-000 - CAFEARA - PARANÁ

Ofício nº 025/2025 Cafeara-PR, 24 de fevereiro de 2025.

Ao Exmo Senhor:
ISAAC MAIA LEMES
D.D Presidente da Câmara Municipal de Cafeara
Assunto: Encaminha o Projeto de Lei que "Altera a Tabela do § 2º do Artigo 63 da Lei nº 243/2005", e o Projeto de Lei que "Autoriza Reajuste nos Benefícios dos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal, Contemplados Pela Lei Federal 11738/2008 e dá outras providências".

Senhor Presidente:

Encaminhamos a esta Egrégia casa de Leis, o Projeto de Lei que **"Altera a Tabela do § 2º do Artigo 63 da Lei nº 243/2005", e o "Projeto de Lei que Autoriza Reajuste nos Benefícios dos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal, Contemplados Pela Lei Federal 11738/2008"**, para que seja analisado e posteriormente aprovado pelos Edis desta Casa.

Informamos que os projetos de Lei estão acompanhados de Estimativa de Impacto Financeiro e Orçamentário e Declaração do Ordenador da Adequação Orçamentária.

Contando desde já com a aprovação do referido Projeto, aproveito para renovar a todos, votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ELTON FABIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº _____ / 2025

Súmula: **AUTORIZA REAJUSTE NOS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS INATIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, CONTEMPLADOS PELA LEI FEDERAL 11738/2008 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de CAFEARA, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o reajuste nos benefícios dos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal de Cafeara, contemplados pela Lei Federal 11738/2008.

§ 1º - O percentual de reajuste será de 14,80%, (quatorze décimos e oitenta centésimos por cento), observando a paridade com os servidores da ativa, aos profissionais aposentados a partir de 01 de janeiro de 2012, quando do início do pagamento do Piso para os Profissionais do Magistério Público do município de Cafeara, Lei Municipal nº 380/2012.

§ 2º - O percentual de reajuste será aplicado aos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal de Cafeara, que tiveram seus benefícios de aposentadoria concedidos de 01 de janeiro de 2012, até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º. - Esta Lei entrará em vigor a partir da sua publicação, e seu efeito será a partir de primeiro dia do mês posterior à sua assinatura.

Cafeara - PR, 13 de fevereiro de 2025.

Elton Fábio Lazaretti
"Prefeito Municipal"

MENSAGEM DO PROJETO DE LEI

Senhor Presidente e Nobres Vereadores.

Encaminho para apreciação dos nobres vereadores o Projeto de Lei que trata da autorização para reajuste nos benefícios dos profissionais inativos do magistério público municipal, contemplados pela lei federal 11738/2008 e da outras providências.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o reajuste nos benefícios dos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal de Cafeara, contemplados pela Lei Federal nº 11.738/2008, garantindo a devida paridade com os servidores da ativa, conforme previsto na legislação vigente.

A Lei Federal nº 11.738/2008 instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, garantindo o pagamento mínimo aos docentes, com reajustes anuais conforme critérios estabelecidos pelo Governo Federal. Em conformidade com esta legislação, o Município de Cafeara, por meio da Lei Municipal nº 380/2012, estabeleceu o pagamento do Piso Salarial aos profissionais do magistério.

Entretanto, há a necessidade de garantir a justa aplicação do reajuste também aos profissionais aposentados, conforme o princípio da paridade. O percentual de 14,80% (quatorze décimos e oitenta centésimos por cento) visa assegurar a manutenção do poder aquisitivo dos inativos que tiveram seus benefícios concedidos entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2021. Essa medida busca corrigir distorções e garantir a isonomia entre ativos e inativos.

A aprovação desta lei representa um avanço na valorização dos profissionais da educação que dedicaram suas carreiras ao serviço público municipal, assegurando-lhes um tratamento digno e condizente com sua contribuição para a formação educacional de Cafeara.

O Projeto de Lei refere-se à necessidade de recomposição dos benefícios de professores e educadores inativos do Magistério Público Municipal de Cafeara, com base na paridade de proventos em relação aos profissionais da ativa. A justificativa para tal recomposição está vinculada ao percentual de reajuste de 14,80%, a ser aplicado aos professores aposentados a partir de 1º de janeiro de 2012. Este reajuste é fundamentado na Lei Municipal nº 380/2012, que estabeleceu o Piso para os Profissionais do Magistério Público do Município de Cafeara.

O § 2º do Artigo 1º do referido Projeto de Lei municipal, esclarece que o percentual de reajuste deve ser aplicado aos profissionais inativos que tiveram seus benefícios de aposentadoria concedidos entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2021. A questão central envolve a interpretação e aplicação correta deste dispositivo legal, especialmente no que tange à manutenção da paridade de proventos entre os professores inativos e os profissionais da ativa.

A motivação para a elaboração do referido Projeto de Lei Municipal advém da necessidade de assegurar que os direitos dos professores e educadores inativos sejam devidamente observados, garantindo-lhes o reajuste proporcional aos aumentos concedidos aos profissionais da ativa. Tal medida visa não apenas cumprir com as disposições legais vigentes, mas também promover a justiça e a equidade no tratamento dos servidores públicos municipais, respeitando os princípios constitucionais da isonomia e da dignidade da pessoa humana.

Importante destacar que a recomposição dos benefícios dos professores e educadores inativos pela paridade de proventos com os profissionais da ativa é um direito assegurado pela legislação brasileira.

É fundamental compreender o princípio da paridade, que é um direito assegurado aos servidores públicos aposentados. Esse princípio está consagrado na Constituição Federal de 1988, mais especificamente no art. 40, § 8º, que é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. Esse dispositivo visa garantir que será estabelecido em Lei critérios para que os servidores inativos não sejam prejudicados em relação aos servidores ativos, assegurando-lhes uma igualdade de tratamento.

Além disso, o art. 7º da Constituição Federal, no inciso IV, estabelece o princípio da irredutibilidade do salário, que se aplica também aos

proventos de aposentadoria. Esse princípio garante que os vencimentos dos servidores ativos e os proventos dos inativos sejam preservados contra quaisquer reduções, assegurando-lhes um padrão digno de vida.

A Lei Municipal nº 380/2012, ao estabelecer o piso salarial para os profissionais do magistério público municipal, deve ser interpretada em conformidade com esses princípios constitucionais. A aplicação desse reajuste aos professores e educadores inativos que se aposentaram entre 01 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2021 é uma questão de justiça e equidade, uma vez que esses profissionais dedicaram suas vidas à educação e têm direito a um tratamento isonômico.

No contexto específico do município de Cafeara, a Lei Municipal nº 380/2012 deve ser aplicada de forma a garantir que todos os professores e educadores, tanto os ativos quanto os inativos, recebam o reajuste de 14,80%. A justificativa para essa recomposição está ancorada no princípio da paridade, que visa assegurar que os proventos dos aposentados sejam reajustados na mesma proporção que os vencimentos dos servidores da ativa.

Ademais, é importante considerar o disposto no art. 37 da Constituição Federal, que estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública. A aplicação do reajuste de 14,80% aos professores e educadores inativos deve ser realizada em conformidade com esses princípios, garantindo transparência e equidade no tratamento dispensado aos servidores públicos municipais.

A recomposição dos benefícios dos professores e educadores inativos pela paridade de proventos com os profissionais da ativa também encontra respaldo no Artigo 26 da Lei Complementar nº. 582, de 16 de dezembro de 2021 que institui a Reforma da Previdência no Regime de Previdência Social do Servidor do município de Cafeara e consolida a Legislação Previdenciária. Esse artigo da Lei assegura o reajuste dos benefícios para preservar, em caráter permanente, o seu valor real, nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, ressalvados os beneficiados pela garantia de paridade de revisão de proventos de aposentadoria e pensões, de acordo com a legislação vigente.

Portanto, a recomposição dos benefícios dos professores e educadores inativos pela paridade de proventos com os profissionais da ativa está

fundamentada nos princípios constitucionais e legais mencionados. A aplicação do percentual de reajuste de 14,80%, é uma medida necessária para garantir a justiça e a equidade entre os profissionais do magistério público municipal de Cafeara.

Além disso, é essencial destacar que a recomposição dos benefícios dos professores inativos não é apenas uma questão de cumprimento da legislação vigente, mas também uma questão de reconhecimento e valorização do trabalho desses profissionais. A aplicação do reajuste de 14,80% assegura que os professores aposentados recebam proventos justos e adequados, compatíveis com a dedicação e o serviço prestado ao longo de suas carreiras.

É fundamental que a administração pública municipal realize um estudo detalhado sobre o impacto orçamentário e financeiro do reajuste, assegurando que haja recursos suficientes para cobrir os custos adicionais decorrentes da aplicação do percentual de 14,80% aos proventos dos professores inativos.

Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece normas para garantir a responsabilidade na gestão fiscal, exigindo que as despesas com pessoal sejam planejadas e compatíveis com as receitas do município. A administração pública deve observar as disposições dessa lei ao implementar o reajuste, garantindo que a medida seja sustentável do ponto de vista financeiro e orçamentário.

Sendo assim, anexamos também o PARECER DE IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO que nos dá respaldo financeiro e orçamentário para a aplicação do referido projeto de Lei

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta matéria, fundamental para garantir a equidade salarial e a devida valorização dos profissionais inativos do magistério municipal.

Cafeara, 13 de fevereiro de 2025.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaro para os devidos fins de direito, objetivando subsidiar o Projeto de Lei que Altera a Tabela do § 2º do Artigo 63 da Lei 243/2005 e o Projeto de Lei que Autoriza Reajuste nos Benefícios dos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal, contemplados pela Lei Federal 11738/2008, nos termos do inciso X do artigo 2º da Lei Complementar n. 312/2009 alterada pela Lei Complementar n. 617/202, que as despesas com a aprovação dos referidos Projetos de Lei, tem adequação Orçamentária e Financeira conforme Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e artigo 79 e demais artigos da Lei 657/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cafeara, 22 de fevereiro de 2025

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

MUNICÍPIO DE CAFEARA
ESTADO DO PARANÁ – PR

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO

RELATÓRIO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - RIOF
NÚMERO: 01/2025 DATA: 22/02/2025

SOLICITAÇÃO	**PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA**
AÇÃO DE GOVERNO	**PROJETOS DE LEI:** **a) ALTERA A TABELA DO § 2º DO ARTIGO 63 DA LEI 243/2005;** **b) AUTORIZA REAJUSTE NOS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS INATIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, CONTEMPLADOS PELA LEI FEDERAL 11738/2008.**

1. INTRODUÇÃO

Este RIOF – Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro, visa subsidiar o Projeto de Lei que Altera a Tabela do § 2º do Artigo 63 da Lei 243/2005 e o Projeto de Lei que Autoriza Reajuste nos Benefícios dos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal, contemplados pela Lei Federal 11738/2008, conforme abaixo:

Tabela: I

Projeto de Lei	Síntese do conteúdo
a) ALTERA A TABELA DO § 2º DO ARTIGO 63 DA LEI 243/2005;	**Aumenta o número de vagas de Orientador Educacional (Pedagógico) Centro Educacional Infantil, passando de 02 (duas) para 03 (vagas).**
b) AUTORIZA REAJUSTE NOS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS INATIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, CONTEMPLADOS PELA LEI FEDERAL 11738/2008	**Concede o reajuste de 14,80%, (quatorze décimos e oitenta centésimos por cento), aos profissionais aposentados a partir de 01 de janeiro de 2012, sendo que o percentual de reajuste será aplicado aos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal de Cafeara, que tiveram seus benefícios de aposentadoria concedidos de 01 de janeiro de 2012, até 31 de dezembro de 2021.**

Tabela: II

Projeto de Lei	Impacto Financeiro Mensal	Impacto Financeiro Anual
a) ALTERA A TABELA DO § 2º DO ARTIGO 63 DA LEI 243/2005;	**R$ 990,07**	**R$ 13.167,93**
b) AUTORIZA REAJUSTE NOS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS INATIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, CONTEMPLADOS PELA LEI FEDERAL 11738/2008.	**R$ 14.188,06**	**R$ 184.444,78**

MUNICÍPIO DE CAFEARA
ESTADO DO PARANÁ – PR

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO

RELATÓRIO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - RIOF
NÚMERO: 01/2025 DATA: 22/02/2025

2. DO OBJETO

Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, para subsidiar os Projetos de Lei: 1) Que Altera a Tabela do § 2º do Artigo 63 da Lei 243/2005; 2) Que Autoriza Reajuste de 14,80% nos Benefícios dos Profissionais Aposentados do Magistério que tiveram seus benefícios de aposentadoria concedidos de 01 de janeiro de 2012, até 31 de dezembro de 2021.

3. PREVISÃO LEGAL

O relatório está previsto na Lei Complementar nº 101/2000, em seu Art. 16, Incisos I e II, para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa.

4. DA TIPIFICAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

A presente *Ação Governamental* se conforma com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – L.C. nº 101/00, como segue:

> ***Art. 16.*** *A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*
> ***I*** *- estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*
> ***II*** *- declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

5. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Anexo III, IN nº 142/2018 TCE/PR)

a) PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Este quadro apresenta a projeção da Receita Corrente Líquida para os exercícios de 2025 a 2027.

QUADRO I - PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

EVENTOS	Valor Previsto para 2025	Valor Previsto para 2026	Valor Previsto para 2027
Receita Corrente Líquida(*)	30.203.000,00	32.537.000,00	35.076.000,00
R. C. Líquida Projetada	33.732.585,31	39.113.244,53	45.352.168,64

* Anexos para elaboração da LDO

Para elaboração da Receita Corrente Líquida - RCL, que é base para apuração dos limites de gastos com pessoal, e conforme descrito acima, utilizou-se a variação entre os exercícios de 2020 à 2024.

MUNICÍPIO DE CAFEARA
ESTADO DO PARANÁ – PR

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO

RELATÓRIO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - RIOF
NÚMERO: 01/2025 **DATA: 22/02/2025**

Base de Cálculo - Crescimento da RCL ajustada:

Exercício:	**Valor**
RCL 2020:	16.185.540,27
RCL 2021:	17.965.120,22
RCL 2022:	22.550.736,07
RCL 2023:	24.791.477,93
RCL 2024:	29.092.122,77

Crescimento Médio da RCL Ajustada: **15,95%**
Aumento Permanente da RCL 2025:

(RCL 2024 * 15,95%) = (29.092.122,77 * 15,95%) = 33.732.585,31

Aumento Permanente da RCL 2026:

(RCL 2025 * 15,95%) = (33.732.585,31* 15,95%) = 39.113.244,53

Aumento Permanente da RCL 2027:

(RCL 2026 * 15,95%) = (39.113.244,53* 15,95%) = 45.352.168,64

DEMONSTRATIVO DE DESEMBOLSO ANUAL

Em cumprimento às determinações do art. 16 da Lei Complementar n° 101, de 04 de março de 2000, demonstramos nas planilhas a seguir os percentuais e o montante de desembolso a ser gerado quando da aprovação dos Projetos de Lei descritos nas "Tabela I e II".

QUADRO II - PROJEÇÃO DE DESEMBOLSO ANTES DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI.

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS			
DESCRIÇÃO	**2025**	**2026**	**2027**
Total do Gasto com Pessoal (12 meses) Base: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 31/12/2024 acrescido de: (1% elevação por desempenho mais média do IPCA dos últimos 5 anos 5,96% e previsão de aumento real de 4% em 2025)	**13.462.189,32**	**14.399.696,18**	**15.402.491,03**

SUB-TOTAL	**13.462.189,32**	**14.399.696,18**	**15.402.491,03**
% sobre o crescimento Médio da Receita	**39,91**	**36,82**	**33,96**
% sobre os Projetado na LDO(*)	**44,57**	**44,26**	**43,91**

(*) Aplicado o percentual de crescimento da RCL

MUNICÍPIO DE CAFEARA
ESTADO DO PARANÁ – PR

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO

RELATÓRIO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - RIOF
NÚMERO: 01/2025 DATA: 22/02/2025

QUADRO III- PROJEÇÃO DE DESEMBOLSO APÓS PROVAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI.

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS			
DESCRIÇÃO	2025	2026	2027
Total do Gasto com Pessoal (12 meses) Base: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 31/12/2024 acrescido de: (1% elevação por desempenho mais média do IPCA dos últimos 5 anos 5,96% e previsão de aumento real de 4% em 2025) – (I)	**13.462.189,32**	**14.399.696,18**	**15.402.491,03**
Aprovação do Projeto de Lei que ALTERA A TABELA DO § 2º DO ARTIGO 63 DA LEI 243/2005 (II);	**12.631,52**	**17.609,36**	**18.835,67**
Aprovação do Projeto de Lei que AUTORIZA REAJUSTE NOS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS INATIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, CONTEMPLADOS PELA LEI FEDERAL 11738/2008. (III) (vide explicação abaixo)	**204.667,31**	**218.920,34**	**234.165,95**
SUB-TOTAL (IV)= (I + II)	**13.474.820,84**	**14.417.305,54**	**15.421.326,70**
% sobre o crescimento Médio da Receita	**39,95**	**36,86**	**34,00**
% sobre os Projetado na LDO(*)	**44,61**	**44,31**	**43,97**

(*) Aplicado o percentual de crescimento da RCL

Embora apareça estranho ser apresentado os valores do intem III, mas eles não estarem somados no item IV - SUB-TOTAL, explicamos que no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, os valores pagos ao Pessoal Inativo e Pensionista são DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF), portanto essas despesas impactam financeiramente o RPPS, mas não onera índice de pessoal.

COMPROMETIMENTO DA DESPESA COM PESSOAL

Limites - Lei de Responsabilidade Fiscal - Terceiro Quadrimestre de 2024

Limite Máximo 54,00%
Limite Prudencial 51,30%
Despesa Realizada até 31/12/2024 ..... 41,70%
Despesa após a aprovação dos Projetos de Lei 44,61%

MUNICÍPIO DE CAFEARA
ESTADO DO PARANÁ – PR

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO

RELATÓRIO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - RIOF
NÚMERO: 01/2025 DATA: 22/02/2025

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS COM PESSOAL

Apresentamos na planilha abaixo a projeção do Limite de Gastos com Pessoal, tendo como base nas projeções da Receita Corrente Líquida apurada no QUADRO I e a Projeção dos Gastos com Pessoal QUADRO III.

QUADRO IV- PROJEÇÃO DOS LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL

DISCRIMINAÇÃO	Valor Projetado para 2025	Valor Projetado para 2026	Valor Projetado para 2027
Projeção Receita Corrente Líquida	33.732.585,31	39.113.244,53	45.352.168,64
Projeção da Despesa com Pessoal	13.474.820,84	14.417.305,54	15.421.326,70
Projeção do Percentual de Gastos com Pessoal	39,95%	36,86%	34,00%

Por fim de acordo com os valores apresentados no QUADRO IV, verificamos que se a Receita Corrente Liquida manter o crescimento constante, conforme apurado no QUADRO I, em 2025, após a aprovação dos projetos de Lei 39,95%, ficando dentro do limite nomal, seguindo normal pelos dois exercícios seguintes. Se observarmos pela projeção para a LDO, o índice sobe para 44,61% no exercício atual, 44,31% para 2026 e 43,97% para 2027.

6. DA AVALIAÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL NO ÍNDICE DA LRF

6.1. ÍNDICE DE PESSOAL ATUAL

O TCE/PR orienta a soma de algumas despesas considerando "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos deTerceirização (exceto elemento 34)". Neste contexto e seguindo a orientação do Tribunal de Contas, o Município vem utilizando a classificação correta na contabilização das despesas, efetuando empenhos nos elementos 30 e 39, além daqueles empenhados no eleento 34. Observa-se também o Ajuste na Receita Corrente Líquida, referente às receitas advindas de emendas parlamentares, e os recursos para pagamento dos agentes comunitários de saúde, as quais são desconsideradas para o efeito de cálculo do índice com pessoal.

6.2 - EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - LRF art. 20, 22 e 23

a) Tabela da Despesa com Pessoal do Poder Executivo:

Data Base	Receita Corrente Líquida	Despesa Total com Pessoal	% Despendido	Situação
31/12/2019	15.105.958,17(*)	7.298.780,58	48,32%	Normal
31/12/2020	16.185.540,27(*)	7.698.995,53	47,57%	Normal
31/12/2021	17.965.120,22(*)	7.701.446,42	42,87%	Normal
31/12/2022	22.550.736,07(*)	9.520.264,11	42,22%	Normal
31/10/2023	23.859.563,15 (*)	11.605.836,90	48,64%	Alerta

31/12/2023	24.791.477,93 (*)	12.039.723,93	48,56%	Normal
31/12/2024	29.092.122,77 (*)	12.132.033,20	41,70%	Normal

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Relatório emitido em: 20/02/2025 13:52 - Situações: 1. Normal; 2. Extrapolação; 3. Alerta 90%; 4. Alerta 95%; (*) RCL ajustada.

7. DO RELATÓRIO

I – A Receita Corrente Liquida para o exercício atual e os dois próximos exercícios, foi projetada, levando-se em conta o crescimento médio da RCL, nos últimos cinco anos que gerou um crescimeto médio de 15,95%;

Os valores indicam um impacto gerenciável dentro da Receita Corrente Líquida (RCL) projetada para os próximos anos, que apresenta um crescimento médio de 15,95%.

II – A Despesa com pessoal, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária de 2025, **pois somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar**, previstas nos programas de trabalho, e com as alterações orçamentárias a serem realizadas, os valores serão compatíveis.

O percentual de despesas com pessoal após a aprovação dos projetos será de 44,61% em 2025, abaixo do limite prudencial de 51,30% e do limite máximo de 54% estabelecido pela LRF. Portanto, os limites fiscais continuam sendo respeitados.

III – A despesa foi estimada com base nas despesas Previstas na LOA e LDO para 2025 bem como nos Anexos de Despesas com pessoal da LRF emitido pelo SIM-AM do TCE-PR;

IV – O índice de Pessoal projetado/estimado para 2025, é de 44,61%, ficando dentro do limite Normal;

Desta forma pode-se concluir que o Projeto de Lei que Altera a Tabela do § 2º do Artigo 63 da Lei 243/2005 e o Projeto de Lei que Autoriza Reajuste nos Benefícios dos Profissionais Inativos do Magistério Público Municipal, contemplados pela Lei Federal 11738/2008, não IMPACTARÁ o plano orçamentário, e pelos cálculos apresentados, não prejudicará as metas fiscais do município em especial as relacionadas à despesa com pessoal.

Opina-se, portanto, buscando a observância dos princípios que norteam a administração pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, pela viabilidade técnica contábil, orçamentária e financeira, dos Projetos de Lei, recomendando sua aprovação pelo Legislativo

Municipal.

O Relatório em tela, faz mensão somente na aplicação dos referidos projetos de lei quando aprovados, cabe ao gestor municipal garantir o acompanhamento dos gastos e a adoção de medidas de controle necessárias para manter o equilíbrio fiscal.

É o Relatório.

Cafeara, 22 de fevereiro de 2025

Marcos Rogério Soares
Contador CRC/PR 050511/O-5